

Via Verona
Investimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Via Verona Investimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Verona Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Verona Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de julho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Via Verona Investimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	296	281	Impostos e taxas a recolher		185	-
Impostos a recuperar		7	7	Contas a pagar para a aquisição de participação de investimento	11	-	14.600
Adiantamento a fornecedores		1	-	Empréstimos	13	8.271	-
Dividendos a receber	13	81	21	Outras contas a pagar		79	44
Total do ativo circulante		385	309	Dividendos recebidos antecipadamente	13	1.779	-
				Dividendos a pagar	13	207	200
Não circulante				Total do passivo circulante			
Investimentos	11	83.386	80.672			10.521	14.844
Total do ativo não circulante		83.386	80.672	Patrimônio líquido			
				Capital social	12	70.164	68.012
				Adiantamento para futuro aumento de capital		2.333	-
				Reserva de lucros		753	-
				Prejuízos acumulados		-	(1.875)
				Total do patrimônio líquido		73.250	66.137
Total do ativo		83.771	80.981	Total do passivo e patrimônio líquido			
						83.771	80.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Verona Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	11	4.199	11
Despesas gerais e administrativas		<u>(702)</u>	<u>(419)</u>
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas		3.497	(408)
Receita financeira		6	2
Despesa financeira		<u>(868)</u>	<u>(2)</u>
Resultado do exercício		<u>2.635</u>	<u>(408)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Verona Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	2.635	(408)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>2.635</u>	<u>(408)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Verona Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros			Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a destinar			
Saldos em 1º de janeiro de 2018		38.363	-	-	-	(1.467)	36.896
Aumento de capital:							
AGE 20 de setembro de 2017		120	-	-	-	-	120
AGE 19 de dezembro de 2017		29.529	-	-	-	-	29.529
Resultado do exercício		-	-	-	-	(408)	(408)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		68.012	-	-	-	(1.875)	66.137
Aumento de capital conforme AGE 20 de agosto de 2018	12 a)	2.152	-	-	-	-	2.152
Adiantamento para futuro aumento de capital conforme AGE de 20 de dezembro de 2018	12 b)	-	-	-	2.333	-	2.333
Resultado do exercício		-	-	-	-	2.635	2.635
<i>Destinações:</i>							
Reserva legal	12 c)	-	38	-	-	(38)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12 d)	-	-	-	-	(7)	(7)
Reserva de lucros a destinar	12 c)	-	-	715	-	(715)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		70.164	38	715	2.333	-	73.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Verona Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		2.635	(408)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	9	(4.199)	(11)
Variações nos ativos e passivos			
Redução em adiantamento a fornecedores		(1)	-
Aumento (redução) em impostos e taxas a recolher		185	(1)
Aumento em outras contas a pagar		36	18
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais		(1.344)	(402)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos		3.204	3.038
Pagamento por aquisição de participação		(14.600)	(32.005)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(11.396)	(28.967)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		2.152	29.649
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.333	-
Empréstimos partes relacionadas		8.271	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		12.756	29.649
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		15	280
Demonstração das variações nas disponibilidades			
No início do exercício		281	1
No final do exercício		296	281
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		15	280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Via Verona Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), com sede em São Paulo, Capital, foi constituída em 24 de abril de 2014.

A Companhia tem por objetivo a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, na forma de *holding*.

Em 25 de abril de 2014, foi firmada pelo Conselho de Administração da Companhia a aquisição de 37,42% das ações da Superfrio Armazéns Gerais S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Vargem Grande do Sul, no Estado de São Paulo. Em 2016 houve diluição de participação pela capitalização das debêntures e em 2017 o aumento pela aquisição das ações do acionista não controlador, sem contudo gerar ganho de controle pela Companhia na investida.

Em 22 de dezembro de 2017, em função da cisão da Superfrio com as empresas FS 36, FS 60 e FS Cash, houve aumento da participação para 38,63%.

2 Entidade da Companhia

	Participação acionária	
	2018	2017
Superfrio Armazéns Gerais S.A.	38,63%	38,63%

Superfrio Armazéns Gerais S.A.

A Superfrio Armazéns Gerais S.A. (“Sociedade”) está sediada em Ribeirão Preto/SP, Estado de São Paulo e tem por objeto social as seguintes atividades preponderantes: (i) armazéns gerais, incluindo, sem limitação, a atividade de armazenamento de sementes; (ii) carga e descarga e transporte rodoviário de cargas; (iii) produção, envasamento, fracionamento, empacotamento e comércio de produtos alimentícios, in natura ou congelados, frutas e legumes processados por conta própria e ou de terceiros, incluindo também só o fornecimento de mão-de-obra; (iv) empacotamento, envasamento, fracionamento, manipulação, inspeção, formulação, embalagem (a vácuo, com papel alumínio e outros) e etiquetagem por conta própria e ou de terceiros, incluindo também apenas o fornecimento de mão-de-obra, de frutas e de produtos alimentícios para consumo humano, alimentos para animais e de produtos diversos (líquidos ou sólidos); e, (v) participação em outras sociedades, direta e indiretamente, na qualidade de sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, constituindo-se nas práticas adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 6.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 11** - teste de redução ao valor recuperável do investimento: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma avaliação da diretoria que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessa norma, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos da nova norma.

a. CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) *Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros*

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Categoria de instrumentos financeiros	Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Aplicações financeiras	10	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	296	296

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Investimentos

(i) *Investimentos em entidade contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

O investimento da Companhia é contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, compreendem suas participações em coligada.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem :

- Receita de juros;
- Tarifas bancárias; e
- Despesa de juros com empréstimos e aquisições.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros, com exceção de contas a receber, são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

O Estatuto social da Companhia determina o percentual de 1% sobre o lucro líquido do exercício como dividendos mínimos obrigatórios.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

(ii) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia s utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto imaterial nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2) – Arrendamentos

- A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.
- O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto desse pronunciamento. Até o momento, o impacto foi avaliado como imaterial.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

10 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil nas notas explicativas nº 8 (d) e (f).

	2018	2017
Aplicações financeiras	<u>296</u>	<u>281</u>
Total	<u>296</u>	<u>281</u>

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações automáticas e fundo de renda fixa indexadas entre 95% a 100% do Certificado de depósito interbancário - CDI com liquidez diária.

11 Investimentos

Veja política contábil nas notas explicativas nº 8 (a) e (f).

Investimento - Superfrio Armazéns Gerais S.A.	2018	2017
Equivalência patrimonial avaliado pelo patrimônio líquido	48.620	45.159
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	4.467	5.214
Ágio	<u>30.299</u>	<u>30.299</u>
Total	<u><u>83.386</u></u>	<u><u>80.672</u></u>

Movimentação dos saldos do investimento

	2018	2017
Quantidade de ações possuídas	625.351	625.351
Capital social	55.086	55.086
Ativo total	247.673	173.224
Passivo total	121.811	56.323
Patrimônio líquido	125.862	116.901
Resultado do exercício	12.540	6.637
Percentual de participação sobre ações emitidas	38,63%	38,63%
Valor contábil do investimento no início do exercício (1)	80.672	36.840
Dividendos distribuídos	<u>(1.485)</u>	<u>(2.784)</u>
Total dividendos pagos (2)	<u>(1.485)</u>	<u>(2.784)</u>
Participação no resultado da coligada calculada pelo resultado da coligada	4.946	1.389
Amortização - ativos líquidos identificáveis	<u>(747)</u>	<u>(1.378)</u>
Total da participação no resultado da coligada (3)	4.199	11
Aquisição de ações (4) (**)	-	46.605
Investimento no final do exercício (1) + (2) + (3) + (4)	83.386	80.672

(**) Conforme “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, celebrado em 20 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu a participação 13,79% de acionistas minoritários pelo montante de R\$ 46.605, sendo o montante de R\$ 32.005 pago no ato da assinatura e o saldos remanescente no montante de R\$ 14.600 será pago até 12 (doze) meses devidamente corrigidos por uma taxa de 100% do CDI, com isso a Companhia passou a deter a participação de 38,63%.

Aquisição inicial de participação de investimento em coligada - Superfrio Armazéns Gerais S.A.

Em 26 de agosto de 2014 a Companhia adquiriu de 37,42% das ações da Superfrio Armazéns Gerais S.A., pelo valor de R\$ 38.000.

A Companhia determinou a data de aquisição de participação de investimento de coligada em 31 de agosto de 2014 para fins de contabilização.

Em 22 de dezembro de 2017, em função da cisão da Superfrio com as empresas FS 36, FS 60 e FS Cash, houve aumento da participação para 38,63%.

Os efeitos contábeis relacionados à mensuração do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e contraprestação entregue e suas respectivas divulgações são apresentadas nos quadros abaixo:

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

Saldos em 1º de janeiro de 2015	R\$
Carteira de clientes - Armazém e Transportadora	3.097
Carteira de clientes - Embaladora	875
Imobilizado	<u>6.748</u>
Total líquido de ativos identificáveis	<u>10.720</u>

Ágio na aquisição

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi identificado conforme segue:

	R\$
Valor total do contrato de compra de cotas	38.000
Valor do patrimônio líquido da adquirida anterior à aquisição	(27.254)
(-) Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	<u>(10.720)</u>
Ágio na aquisição - (goodwill) - 31 de dezembro de 2016	<u>26</u>

Em 20 de dezembro de 2017, com a aquisição pela Companhia de 13,79% de participações dos acionistas minoritários pelo montante de R\$ 46.605, passando a deter a participação de 38,63%, nessa data o novo ágio reconhecido como resultado da aquisição foi identificado conforme segue:

	R\$
Valor total do contrato de compra de cotas	46.605
Valor do patrimônio líquido da adquirida anterior à aquisição	<u>(16.334)</u>
Ágio na aquisição - (goodwill) – 31 de dezembro de 2018 e 2017	<u>30.271</u>

O valor justo da investida adquirida foi obtido por meio de laudo de avaliação da controlada a valor de mercado, segundo as técnicas de avaliação usuais para esse tipo de operação.

O ágio é atribuído principalmente ao aumento de geração de caixa prevista para os próximos exercícios, em virtude das sinergias as quais se espera atingir da integração da entidade ao negócio existente da investida.

12 Patrimônio líquido

Veja políticas contábeis nas notas explicativas nº 8 (e).

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 70.164 (R\$ 68.012 em 2017), representado por 70.164.368 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal 68.012.035 ações em 2017).

Acionista	Ações subscritas	% Participação
Pátria Brazilian Private Equity Fund IV - FIP	68.649	98%
Brazilian Private Equity IV – FIP	1.515	2%
Total	70.164	100%

Aumento do capital social

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2018 o capital social subscrito e integralizado foi aumentado de R\$ 68.012 (representado por 68.012.035 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) para R\$ 70.164 (representado por 70.164.368 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

b. Adiantamento para futuro de aumento de capital

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2018, houve Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 2.333, com emissão de 6.999.343 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal

c. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a destinar

Constituída em função do lucro do exercício após as distribuições para Reserva legal e dividendo, ficando a disposição da Assembleia Geral, até o limite de 100% do valor do capital social.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício após a constituição das reservas previstas em lei e no próprio estatuto.

13 Partes relacionadas

Controlador final

O controlador final é o fundo de investimento Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIP, com 98% de participação.

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Companhias controladoras e coligadas:

	2018	2017
Ativo circulante:		
Dividendos a receber – Superfrio Armazéns Gerais S.A.	<u>81</u>	<u>21</u>
Passivo circulante:		
Empréstimos - Superfrio Armazéns Gerais S.A. (i)	<u>8.271</u>	<u>-</u>
Dividendos a pagar		
Patria Brazilian Private Equity Fund IV – FIP	7	-
Outros	<u>200</u>	<u>200</u>
Total	207	200
Adiantamento de dividendos		
Superfrio Armazéns Gerais S.A. (ii)	<u>1.779</u>	<u>-</u>

- (i) Empréstimos recebidos da coligada Superfrio Armazéns Gerais S.A. com vencimento em 30 de abril de 2019, sem remuneração de juros;
- (ii) Adiantamento de dividendos realizados pela Superfrio que serão aprovados em 2019, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária

14 Eventos subsequentes

Em 29 de março de 2019, conforme Ata da AGE, foi aprovado um aumento de capital de R\$ 8.220, mediante a emissão de 8.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

* * *

Ricardo Leonel Scavazza
Diretor

Gil Conrado Karsten
Diretor

Melina Correa Lombardi
Contadora CRC/SP 1SP251344/O-3